

EQUIPAMENTOS SOCIAIS DE APOIO À INFÂNCIA

1. Respostas face às necessidades – diferenças territoriais na cobertura

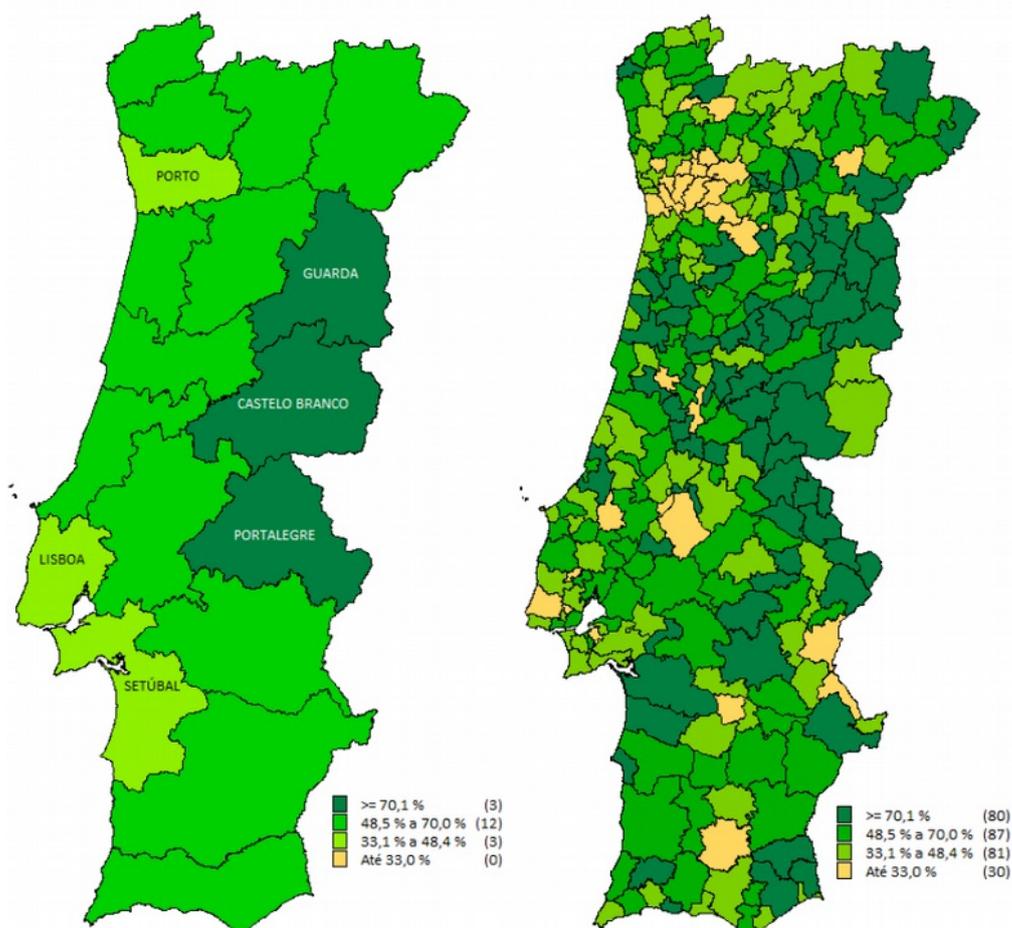
➤ Creches e amas

A taxa de cobertura das respostas sociais para a primeira infância (0-3 anos) passou de 26,7% em 2006 para 48,4% em 2018, acompanhando o aumento do número de lugares em creche.

89% dos concelhos do Continente (248 em 278) apresentavam, em 2018, uma taxa de cobertura acima de 33%, portanto acima da chamada meta de Barcelona¹.

As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, designadamente os distritos de Lisboa, Setúbal e Porto, continuavam a ser os territórios com menor cobertura face à população residente. Pelo contrário, os territórios do interior, nomeadamente os distritos da Guarda, Castelo Branco e Portalegre registavam as taxas de cobertura mais elevadas de repostas para a primeira infância.

Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2018



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2018
GEP-MTSSS, Carta Social

¹ Em 2002, foi definida no Conselho Europeu de Barcelona uma meta em matéria de infra-estruturas de acolhimento de crianças com o objectivo de, até 2010, ser assegurado o acolhimento de 33 % das crianças com menos de 3 anos.

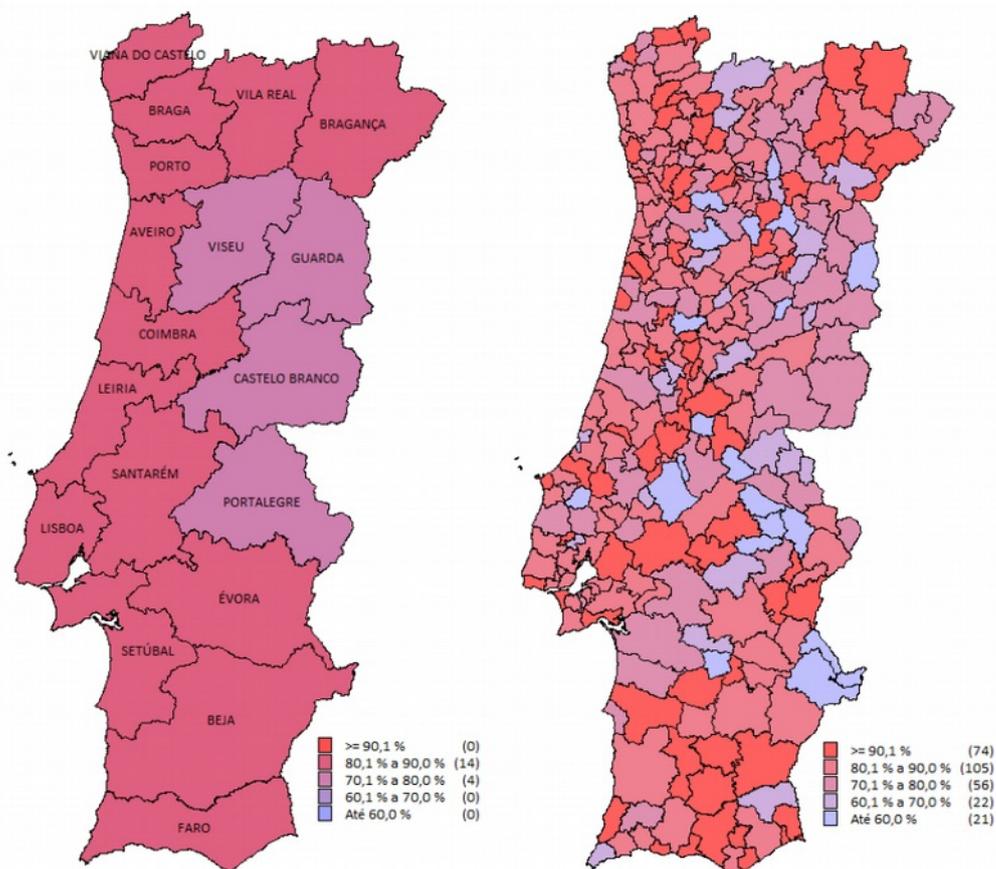
Para se ver a importância que este tipo de estrutura tem na organização e conciliação da vida laboral e familiar, atente-se na taxa de utilização média das respostas para a primeira infância: 85,5 % em 2018.

Este crescimento da procura da resposta creche acompanha o aumento da população residente dos 0-3 anos desde 2016.

As taxas de utilização são mais elevadas nos distritos localizados junto ao litoral, mas também no Alentejo e Algarve.

Os distritos do interior que registaram, em 2018, as taxas de cobertura mais elevadas (Guarda, Castelo Branco e Portalegre) são também os que apresentaram as taxas de utilização mais baixas.

Figura 35 – Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2018 cerca de 86 % das creches encontrava-se em funcionamento entre 10 e 12 horas por dia, sendo que 45 % das crianças frequentavam as creches até 8 horas e 46 % entre 8 e 10 horas diárias. 9% das crianças frequentavam as creches mais que 10 horas.

➤ Educação pré-escolar

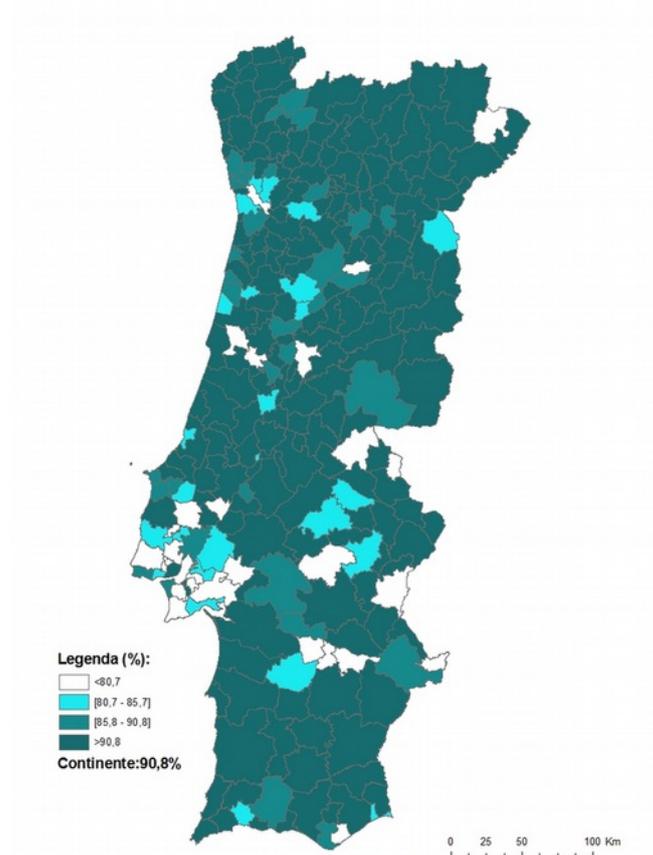
Em 2016/2017 a taxa real de pré-escolarização era de 90,1% no conjunto do país, sendo diferenciada a nível nacional, segundo dados da DGEEC.

Educação Pré-Escolar

2.4. Taxa real de pré-escolarização, por NUTS I e II (2000/01 ; 2016/17)

Ano letivo	2000/01	2016/17
NUTS I e II		
Portugal	74.8	90.8
Continente	74.8	90.8
Norte	68.5	95.6
Centro	86.0	94.5
A.M. Lisboa	71.9	83.1
Alentejo	87.1	95.0
Algarve	76.1	91.1
R. A. Açores	71.9	88.1
R. A. Madeira	80.9	93.8

Taxa real de pré-escolarização no Continente, por concelho (2016/17)



2. Quem gere as respostas

Em 2018 só 10% das entidades que geriam equipamentos sociais (que inclui a infância e juventude, a deficiência, pessoas idosas e família e comunidade) eram públicas, sendo o grosso das restantes IPSS ou equiparadas (58,5%) e 28,7% entidades lucrativas (empresas).

A busca do lucro nesta vertente faz com que a maioria das entidades privadas dirijam o seu negócio para os locais onde a procura é maior.

Perto de metade das entidades lucrativas situa-se na Área Metropolitana de Lisboa.

O funcionamento das respostas sociais que compõem a rede de serviços e equipamentos sociais é suportado pelos acordos de cooperação celebrados entre o Estado e as entidades que integram a rede solidária (IPSS e entidades equiparadas), a comparticipação do utente e/ou dos familiares e as receitas próprias das instituições.

São escassos os dados sobre os custos suportados pelas famílias dos utentes dos equipamentos da rede de serviços e equipamentos sociais.

Contudo, num estudo solicitado pela CNIS, é referido que 31,7% das receitas têm origem em contribuições dos utentes.

Tal valor significa que mais de 1,2 mil milhões anuais são suportados de forma directa pelas famílias, sendo o restante garantido de forma indirecta através da Segurança Social, num total de necessidades de funcionamento que atingem perto dos 4 mil milhões de euros anuais.

A despesa pública com acordos de cooperação registou um crescimento de aproximadamente 137%, no período 2000-2018, traduzindo a actualização anual dos valores da comparticipação pública por utente e o aumento do número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação.

Em 2018, a despesa pública referente a acordos de cooperação para funcionamento das respostas sociais cifrou-se em 1 371 milhões de euros, sendo que 43,4 % visava o apoio a pessoas idosas e 38,8 % a crianças e jovens. Esta despesa poderia ter sido efectuada em equipamentos geridos pelo Estado caso existisse oferta suficiente.

No sector privado lucrativo o financiamento ficará a cargo das famílias, mas não dispomos de dados sobre as despesas.

No nosso entender não faz sentido que o grosso da oferta deste tipo de equipamentos não seja de propriedade e gestão públicas, ficando as entidades do chamado sector social, como IPSS e outras, e as empresas com um papel meramente supletivo na oferta.

Todavia, não é isso que acontece no nosso país fruto de políticas deliberadas de sucessivos governos que remetem o Estado para um papel menor, com resposta pública insuficiente nos equipamentos e valências mas forte apoio, por via legislativa e financeira, às IPSS e outras organizações similares.

➤ Creches

Nas creches 63% dos lugares são comparticipados pelo Estado a entidades da rede solidária que não são públicas.

A oferta de creches propriedade de entidades não lucrativas era maioritária no território continental, em 2018. Mas nos distritos de Setúbal (44%), Lisboa (41%) e Porto (32%) o peso relativo de creches de entidades privadas-lucrativas era superior a 30%.

➤ Educação pré-escolar

Em 2016/17 pouco mais de metade das crianças a frequentar a educação pré-escolar estavam matriculadas em estabelecimentos públicos e as restantes em estabelecimentos privados (incluindo entidades não lucrativas). Dois terços dessas entidades estavam dependentes de apoios do Estado. As maiores carências na oferta pública verificam-se na Área Metropolitana de Lisboa.

Alunos matriculados segundo a natureza institucional do estabelecimento

2016/2017	Educação pré-escolar								
	Unidade: N.º					%			
	Total	Público	Privado	Privado		Público	Privado	Privado	
				Dependente do Estado	Independente do Estado			Dependente do Estado	Independente do Estado
Portugal	253 959	133 930	120 029	78 009	42 020	52,7	47,3	65,0	35,0
Continente	240 896	126 000	114 896	73 380	41 516	52,3	47,7	63,9	36,1
Norte	84 292	48 068	36 224	25 594	10 630	57,0	43,0	70,7	29,3
Centro	50 298	28 504	21 794	18 016	3 778	56,7	43,3	82,7	17,3
A. M. Lisboa	77 060	32 216	44 844	20 645	24 199	41,8	58,2	46,0	54,0
Alentejo	17 459	10 610	6 849	5 727	1 122	60,8	39,2	83,6	16,4
Algarve	11 787	6 602	5 185	3 398	1 787	56,0	44,0	65,5	34,5
R. A. Açores	7 166	4 619	2 547	2 043	504	64,5	35,5	80,2	19,8
R. A. Madeira	5 897	3 311	2 586	2 586	0	56,1	43,9	100,0	0,0

Anuário Estatístico de Portugal 2017

© INE, I.P., Portugal, 2018. Informação disponível até 15 de outubro de 2018.

Fonte: Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior -Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

3. O trabalho na rede social e equipamentos sociais

Os dados existentes², relativos a 2017, indicam que havia perto de 148 mil trabalhadores assalariados em actividades de apoio social fora da Administração Pública, número que aumentou 34% em dez anos. Nove em cada dez trabalhadores são mulheres.

É um sector onde grassa a precariedade, longos tempos de trabalho e os baixos salários.

Cerca de 48 mil trabalhadores, ou seja, cerca de um terço do total, têm contratos não permanentes, em número e percentagem superior à observada em 2007³.

A esmagadora maioria dos trabalhadores (86%) a tempo completo tem um período normal de trabalho semanal superior a 39 horas, o que compara com as 35 horas no sector público.

Trabalha-se habitualmente mais de 40 horas (em 2017 a duração média do trabalho efectuado no período normal de trabalho foi de 38 horas ao que acresceram mais 2,3 horas – mais cerca de 2 horas e 20 minutos de trabalho suplementar). Esta situação não melhorou face a 2007.

Em 2017 o salário-base médio do sector era de apenas 739 euros, um valor 22% abaixo da média de todas as actividades, não tendo este diferencial diminuído em relação a 2007.

² Dos Quadros de Pessoal do MTSSS. Não área dos cuidados para crianças inclui as creches mas não os jardins-de-infância.

³ Os dados não incluem o falso trabalho independente, os contratos emprego-inserção e o trabalho não declarado.

Apesar de constituírem a esmagadora maioria dos assalariados do sector, as trabalhadoras ganhavam menos 16% do que os seus companheiros de trabalho homens, tendo havido um progresso de apenas 2 pontos percentuais em dez anos.

A maioria dos trabalhadores do sector concentra-se nos níveis mais baixos da tabela salarial. Assim, em 2017, 29% auferia apenas o salário mínimo nacional⁴, uma proporção superior aos 23% do total das actividades. Outros 24% auferiam entre 557 euros e 600 euros. Em 2007 a proporção de trabalhadores a receber o salário mínimo era apenas de 8,8%, inferior à média global (que era de 10,3%)

Trabalhadores por conta de outrem (TPCO) nas actividades de apoio social

	2007	2017
Número de TPCO	109920	147582
<i>% de mulheres no total</i>	90%	89%
Número de TPCO com contratos não permanentes	33584	47676
<i>% TPCO com contratos não permanentes</i>	30,5%	32,3%
Remuneração base média mensal (euros)	628	739
<i>% face ao total de actividades</i>	78%	78%
<i>Mulheres/Homens (%)</i>	82%	84%
% de TPCO a receber o SMN	8,8%	29%
% de TPCO a tempo completo com período normal de trabalho semanal superior a 39 horas por semana	83%	86%
Duração média semanal do trabalho efectuado no período normal de trabalho (tempo completo)	37,6 horas	38,1 horas
Duração média semanal do trabalho suplementar	2,8 horas	2,3 horas

Fonte: Quadros de Pessoal/MTSSS

Com os dados constantes no estudo encomendado pela CNIS, verifica-se que mais de metade (entre 55% e 66%) do total de custos destas Instituições é com pessoal.

Assim, quando se refere que as IPSS e equiparadas fazem o mesmo serviço com menos custos⁵, está-se a fazer referência aos baixos salários praticados, até porque a restante estrutura de custos será semelhante à praticada no geral da economia nacional.

21 de Fevereiro de 2020

GES – Gabinete de Estudos Sociais/CGTP-IN

⁴ No valor de 557 euros em 2017

⁵ As IPSS asseguram “serviços também mais baratos” – Lino Maia, Idem.